



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CONSELHO ESCOLAR- PARCERIA QUE FAVORECE A AUTONOMIA

ALDA MARIA TÁVORA DE FREITAS

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CONSELHO ESCOLAR- PARCERIA QUE FAVORECE A AUTONOMIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Débora Gonzaga

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALDA MARIA TÁVORA DE FREITAS

CONSELHO ESCOLAR- PARCERIA QUE FAVORECE A AUTONOMIA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de julho de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

Prof. (Avaliador(a))

Prof. Débora Gonzaga - Orientadora

Prof. Alda Maria Távora de Freitas - Cursista

BELO HORIZONTE, ... DE JULHO 2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família que é o meu porto mais que seguro e sempre acreditou no meu potencial e apoiou-me todos os dias de minha vida, em especial ao maior exemplo de amor e dedicação incondicional à família, que é minha mãe Maria das Neves, à maior bênção que recebi de Deus que é minha filha Marcela e ao meu querido esposo que compreende minhas imperfeições (muitas) e apóia meu crescimento profissional, compreendendo as renúncias que por vezes tive que fazer. Às amigas (recentes ou antigas) com as quais tenho o privilégio de conviver e às minhas queridas professoras, mestras na arte do otimismo, perseverança e do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por minha vida, dos meus familiares e amigos; por cuidar de mim com amor único, me erguer em minhas quedas, realizar os meus sonhos, por me confiar a missão maravilhosa de poder fazer diferença na vida de pessoas tão especiais como as crianças que educo, enfim, por me dar sempre muito mais do que mereço.

RESUMO

O presente trabalho “Conselho Escolar-Parceria que favorece a autonomia” apresenta uma análise crítica da real atuação dos Conselhos Escolares nas instituições educacionais atualmente e de como o gestor pode incentivar a participação efetiva de seus membros conselheiros, contribuindo assim para a autonomia pedagógica e financeira dessas instituições, visto que ao longo da história pôde-se perceber que embora instituídos à milênios, somente com a democratização do ensino há realmente e de fato a participação da sociedade, se esta assim o desejar, independente da classe social a que pertence, desde que compreenda que é, juntamente com o gestor, co responsável pela melhoria da educação, que só se dará com a participação de todos.

Palavras chave: conselho, autonomia e participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CONSELHO ESCOLAR: PARCERIA QUE FAVORECE A AUTONOMIA	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	16

INTRODUÇÃO

Historicamente já se sabe que os Conselhos já existiam desde a antiguidade, uma vez que há quase três milênios, podemos encontrar relatos na bíblia sobre a formação do “Conselho dos Anciãos”, que buscavam conduzir o povo.

Inicialmente, os Conselhos não representavam o povo, mas os poderosos, como é o caso dos famosos Conselhos Romanos. Nas comunidades primitivas, fundamentavam-se no princípio da sabedoria e do respeito oriundos da virtude, e foram posteriormente substituídos por outros critérios que visavam atender aos interesses privados e elitistas. No período dos Estados Nacionais, por conselhos “beneméritos” ou “notáveis”, assumindo caráter tecnocrático de assessoria especializada junto aos governantes (Norberto L. Guarinello. Pinsky, 2003, p.197).

Atualmente, os conselhos são constituídos tendo como base ideológica os Conselhos Operários ocorridos na Europa durante o século XX que eram formados por classes que objetivavam a resolução de conflitos e divergências das classes sociais vigentes (Bobbio et alii, 1991).

No Brasil Monárquico, os conselhos também se constituíam por “notáveis”, dotados de conhecimento erudito e letrado, que atendiam apenas aos interesses dos governantes. Esse critério de escolha permaneceu até 1980¹.

Na década de 1980, com a redemocratização do país, não coube mais o modelo elitista e os movimentos populares passaram a reclamar participação na gestão pública, fato que ficou muito evidente nos debates da Constituinte.

Atualmente, a representatividade popular abrange e contempla os conselhos municipais, estaduais ou nacionais e são co responsáveis pelas políticas públicas nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, defesa dos direitos humanos e desenvolvimento urbano, fazendo o papel de ponte entre a sociedade e o Estado.

A Constituição Federal (1988) através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) assegura e garante a formação e atuação dos conselhos nos assuntos e decisões de ordem pública e interesse da sociedade.

¹ Texto extraído do caderno: Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília – DF – Novembro de 2004.

“Conselho vem do latim Consilium. Por sua vez, Consilium provém do verbo Consulo/Consulere, significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido. Obviamente a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim sendo, quando um Conselho participa dos destinos de uma sociedade ou de partes destes, o próprio verbo Consulere já contém um princípio de publicidade (Cury, 2000, p. 47)”.

Os Conselhos de Educação inserem-se na estrutura dos sistemas de ensino como mecanismos de gestão colegiada, para tornar presente a expressão da vontade da sociedade na formulação das políticas e das normas educacionais e nas decisões dos dirigentes.

Cada Conselho Escolar possui atribuições próprias de acordo com as funções deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora.

- A função deliberativa permite ao conselho decidir, em instância final, sobre determinadas questões, cabendo a este deliberar e encaminhar ao Executivo para que execute a ação por meio de ato administrativo.
- A função consultiva tem um caráter de assessoramento e é exercida por meio de pareceres, aprovados pelo colegiado, respondendo a consultas do governo ou da sociedade, interpretando a legislação ou propondo medidas e normas para o aperfeiçoamento do ensino.
- A função fiscal atribui ao conselho a função de fiscalizador do cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações, aprová-las ou determinar providências para sua alteração, que para sua eficácia é necessário que o conselho tenha poder deliberativo, acompanhado de “poder de polícia”.
- A função mobilizadora é a que situa o conselho numa ação efetiva de mediação entre o governo e a sociedade, estimulando a participação de todos na promoção da qualidade da educação².

É necessário pontuar que não somente agora, mas a história dá conta que a relação entre os conselhos e as instâncias governamentais não é tão harmoniosa, mas cheia de conflitos, tensões, alianças e rupturas. Enfim, com todos os ingredientes próprios da democratização de idéias proporcionada pela participação da sociedade como um todo, sem distinção de classe.

Esse processo de democratização ainda caminha a passos lentos, pois por muito tempo, embora garantida em lei, escola e comunidade fecharam os olhos ao exercício da cidadania, que de maneira alguma pode se realizar de forma unilateral.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente” (Paulo Freire).³

Partilhando do pensamento de Freire e com o objetivo de promover maior conscientização do gestor escolar sobre a contribuição dos conselhos na autonomia administrativa, financeira e pedagógica das instituições públicas, foi desenvolvido este trabalho.

² Texto extraído do Caderno: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública. Brasília : DF, 2004. p. 35-40.

CONSELHO ESCOLAR- PARCERIA QUE FAVORECE A AUTONOMIA

A Constituição Federal garante que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades. Assegura ainda a participação dos profissionais que nela atuam e da comunidade na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) e na composição dos conselhos escolares ou equivalentes.

Asseguram também progressivo grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, desde que observadas as normas de direito financeiro público.(Constituição Federal - Art. 14 e15)

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) também nomeia a gestão democrática do ensino público fundamentada na participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local (Vieira, 2005, p.7).

Os gestores escolares precisam se conscientizar que um conselho atuante e fortalecido os tornará mais autônomos. Autonomia essa que vem da descentralização.

Como bem afirma Nunes (1999, p 39), “a organização da escola e da educação, quando se dedica a constituir instrumentos de democratização, muitas vezes tem sofrido de um mal: o de criar instituições meramente cartorárias. Isto significa ter conselhos que atuam meramente na parte burocrática, mas não participam de fato das decisões do dia a dia escolar. Concordo quando coloca que a busca de uma maior participação da sociedade na resolução dos problemas não é a mágica que fará com não mais existam. Mas significa que existem mais pessoas pensando, discutindo, avaliando e sugerindo soluções.

Pensamos também que quanto maior a participação da sociedade, menor o poder exercido pelo Estado em relação à determinadas questões cujos idealizadores das regras e leis são totais desconhedores da realidade do ensino no Brasil. Se quem está próximo e é parte envolvida diretamente não assume sua responsabilidade, torna-se impossível haver uma mudança significativa no processo.

Na Escola Municipal “Bem Conhecer” de Educação Infantil e Ensino Fundamental há um pequeno grupo de pais atuando concretamente, e com muito bons resultados, mas em contra partida um grupo muito grande não tem o real interesse em relação ao coletivo. Basta se observar nas assembléias de eleição do colegiado escolar, quando a diretora explica sobre a necessidade e da importância

da participação dos conselhos colegiados nas decisões da escola e que portanto, precisará de candidatos. Um ínfimo número de pais se candidatam espontaneamente.

Nos perguntamos como partilhar essa imensa responsabilidade de preparar bem o ser humano que nos é confiado todos os dias, durante vários anos, com pais que não querem ter um maior envolvimento com a escola? Como ajudar o gestor a ter mais autonomia, isto é, como ajudá-lo a acertar mais, pois várias mentes pensam muito melhor do que uma ou duas? Os desafios são muitos.

Gadotti (1994) nos lembra:

“Conselho de Escola é o órgão mais importante da autonomia e de uma escola autônoma. Autonomia se refere à criação de novas relações, que se opõe às relações autoritárias existentes. Autonomia é oposto a uniformização”. (GADOTTI, 1994, p.47)

Na criação e atualização e reformulação do PPP da escola, quando esta parou suas atividades para isso, houve uma participação muito boa, porém faltou realmente a efetivação da parceria proposta no mesmo.

Pensando em conquistar uma maior participação da comunidade, no início do ano e pelo que aprendemos neste curso, sugerimos à direção e coordenação da escola que fosse criado um grupo de amigos da escola. O Colegiado aprovou a sugestão e agora podemos contar com esse grupo de colaboradores voluntários. A proposta feita aos pais é que cada um doe um pouco do seu tempo livre e com suas habilidades profissionais para colaborar nos trabalhos do qual a escola necessita e precisaria de aguardar muito tempo para que o poder público possa realizar. Por enquanto, só conseguimos 03 (três) pais que se ofereceram como eletricitas e assim conseguimos fazer uma reforma na rede elétrica da escola que estava precária.

Acreditamos numa escola capaz de transformar realidades. Vemos isto acontecer no dia a dia desta instituição através do empenho com que tratamos os alunos. Contudo, percebemos muitos obstáculos que travam uma série de ações a serem tomadas que possivelmente, com o apoio e participação dos pais pudessem ser realizadas..

³ Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf .

Notada e historicamente já sabemos que as grandes ou mesmo as pequenas conquistas sociais não ocorreram simplesmente ao acaso de cima para baixo, simplesmente porque as lideranças do nosso país se sentiram sensibilizados. Na verdade tais mudanças ocorreram através de grandes lutas e reivindicações. Daí a necessidade de valorizarmos a abertura que está sendo oferecida na escola para uma maior participação no sistema educacional.

Como acontecerão as mudanças sem a participação de todos? Como bem afirma Veiga (2004)

a gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização de poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2004, p.18)

Luck (2000) defende a participação de todos os segmentos sociais quando se trata de decidir sobre assuntos de interesse coletivo, quando afirma:

a autonomia é uma necessidade, quando a sociedade pressiona as instituições para que realizem mudanças urgentes e consistentes, para que respondam com eficácia e rapidamente às necessidades locais e da sociedade globalizada, em vista do que aqueles responsáveis pelas ações devem tomar decisões rápidas, de modo que as mudanças ocorram no momento certo, a fim de não se perder o momentum de transformação e da realização de objetivos. E esse momentum é sobretudo dependente de comportamento coletivo. (LUCK, 2000, p.20)

Portanto, consideramos o momento de concretizar a tão necessária mudança na citada instituição de ensino agora.

Por outro lado como falar em democratização, autonomia e participação se os diretores ainda não são eleitos por quem de fato deveria escolhê-los que são os pais e a comunidade escolar. Isto se revela um extremo paradoxo: a lei assegura a participação dos pais mas de fato, ainda não garantiu sua efetiva parceria através da forma mais democrática que existe via eleição.

Não queremos dizer com isso que quando acontecerem as eleições para diretores escolares todos os problemas das escolas estarão resolvidos, mas não se pode falar numa autonomia proporcionada pela participação de todos, se neste sentido, nem todos têm o direito de participar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Rosa (2004) afirma que:

Ninguém tem o dom de jamais errar, por isso as decisões não podem ser de uma única pessoa. Claro que a decisão final, depois de analisadas as alternativas apresentadas, devidamente discutidas, essa sim será do dono. Mas até aí, ele teve o suporte dos dados apresentados por uma equipe de especialistas (coordenador, orientador, professor), em determinados assuntos alunos, pais e quem mais considerar necessário. (ROSA, 2004, p.113)

Evidentemente se refere ao sentimento do qual partilhamos que é o de comemorar e dividir as vitórias, mas sobretudo, os fracassos que inevitavelmente possam vir a ocorrer.

Os desafios a serem enfrentados em uma instituição educacional são muitos e obviamente na obra citada, não é diferente: a manutenção da qualidade do ensino que acaba por refletir-se na busca de bons, senão ótimos, resultados das avaliações internas (da própria Rede de Ensino) e externas (Estaduais e Federais); é a necessidade de conservação ou adaptação do espaço físico da escola, é total do número de alunos matriculados que diminui a cada dia, mesmo a escola sendo de qualidade; é a administração dos conflitos diários entre os alunos a fim de que a escola mantenha o nível de disciplina, coleguismo e interação que caracterizam o bom nome da instituição; é a construção de bom relacionamento entre funcionários, pais e comunidade...

Pensamos que com a reestruturação do PPP (Plano Político Pedagógico) a escola deverá realmente investir na gestão democrática, procurando ampliar a quantidade de pais do grupo de “Amigos da escola” criado este ano, colocando mais a comunidade a par dos problemas da instituição.

A busca de parcerias junto à algumas entidades e empresas a fim de que a escola desenvolva projetos de atendimento não só dos alunos mas também da comunidade local. A proposta da abertura da escola nos finais de semana deve ser ativada o quanto antes.

Para ampliar o número de matrículas, estamos divulgando o nome da escola na mídia local apresentando as programações culturais realizadas como a festa da família e junina.

Mudamos o perfil da festa da família: antes caracterizava-se por belas apresentações das crianças. Reduzimos as apresentações e fazemos agora um dia “D” com dicas de saúde, aferição de pressão, atendimento jurídico, oficina de pintura, cortes de cabelo.

Enfim, estamos realmente empenhados em popularizar mais a escola, a fim de torná-la mais conhecida. Devido à sua difícil localização, grande número de moradores da cidade não a conhecem.

Percebe-se, muitas vezes, que os gestores temem uma maior participação da comunidade no cotidiano da escola pela exposição dos problemas por ela enfrentados e que estes possam vir a comprometer a imagem da instituição. Porém, nesta instituição, esse obstáculo já foi superado.

Diante disso, podemos afirmar com certeza, que no sistema de educação pública atual, só estão realizando um trabalho educacional de qualidade, com sucesso e de forma integral, as instituições cuja gestão se propõe a ser democrática, em que todos os segmentos nela envolvidos agem de forma atuante, participativa e cooperativa reconhecendo a importância de cada um na melhoria do ensino.

Nossa proposta é fortalecer o Conselho Escolar da Escola Municipal “Bem Conhecer”, através de uma presença mais efetiva dos Amigos da Escola e do Colegiado Escolar a fim de que seus membros sejam em maior número e tenham mais voz ativa, possam realmente influenciar nas decisões de ordem administrativa, pedagógica ou financeira que, juntamente com o gestor, possam discordar e serem ouvidos nas questões relativas ao sistema educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 01 de junho de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: Uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2013.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale et al. Coordenação de tradução João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991. vol. 1. *Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Brasília – DF - Novembro de 2004.

CURY, Carlos R. Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S.C.; AGUIAR, M. A. (Orgs). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 47.

LUCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GADOTTI, Moacir, Romão, José E. (Org.). **Autonomia da escola: Princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2002.

GUARINELLO, Norberto L. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 197.

NUNES, A. C. Gestão Democrática ou Compartilhada? Uma (não) tão simples questão de semântica. **Revista Caderno Pedagógico**, nº 02, março/99. Curitiba: APP-Sindicato, 1999, p. 37-40.

PARO, Vitor. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.

ROSA, Clóvis. **Gestão estratégica escolar**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 17. Ed. Campinas: Papyrus, 2004.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e Gestão: extraindo significados da base legal**. In. CEARÁ. SEDUC. *Novos Paradigmas de Gestão Escolar*. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7.

ANEXO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



ESCOLA MUNICIPAL BEM CONHECER

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ALDA MARIA TÁVORA DE FREITAS

CARATINGA - 2013

ESCOLA MUNICIPAL BEM CONHECER

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CARATINGA - 2013

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo.

Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser.

Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros porque a essência dos pássaros é o vôo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.

O que elas amam são pássaros em vôo.

Existem para dar aos pássaros coragem para voar.

Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, Porque o vôo já nasce dentro dos pássaros.

O vôo não pode ser ensinado.

Só pode ser encorajado.”

Rubem Alves

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1 – FINALIDADES DA ESCOLA	06
2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 – Estrutura Organizacional Administrativa	09
2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica	11
3 – CURRÍCULO	13
4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5 – PROCESSOS DE DECISÃO	16
6 – RELAÇÕES DE TRABALHO	19
7 – AVALIAÇÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

No sentido etimológico, o termo *projeto* vem do latim PROJICERE que significa lançar para frente, *política* vem do grego politiké que é a arte de governar a cidade e *pedagógico* relativo à pedagogia; que é teoria da arte, filosofia ou ciência da educação.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária (VEIGA, 1995, p. 13).

Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Buscando acompanhar as novas propostas educacionais e modificar a atual realidade da nossa escola é que de forma planejada, elaborada e colaborativa, passamos da vontade de fazer diferente à concretização de uma nova perspectiva voltada para a eficiência e qualidade ao elaborarmos esse Projeto Político Pedagógico.

A Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizada à Rua das Palmeiras, 249 no Centro de Caratinga MG, que conta atualmente com duzentos e setenta alunos da educação infantil (1º e 2º períodos) e ensino fundamental (1º ao 5º ano) e trinta e cinco funcionários: uma diretora, duas coordenadoras pedagógicas, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, duas

professoras de educação física, uma professora de recursos multifuncionais, uma professora de reforço escolar, uma professora eventual, uma professora de literatura infantil, treze professoras regentes de sala, duas monitoras de ônibus, seis serventes e dois vigias noturnos.

O espaço da escola é amplo, oferecendo aos alunos e funcionários boas condições para acomodação, contando com oito salas de aula, uma de recursos multifuncionais, uma biblioteca, um laboratório de informática, um refeitório, uma secretaria com diretoria, sala de professores, banheiro, almoxarifado e conta também com um amplo pátio de areia e outro pavimentado, playground, quadra coberta e oito banheiros, sendo dois adaptados para deficientes.

A escola não dispõe de clientela própria, pois recebe alunos de diversos bairros da cidade, inclusive da zona rural. Este fato contribui para que tenha pais de alunos nas diversas profissões e em nível de escolaridade que varia entre analfabetos, ensino fundamental, médio e ensino superior, sendo em sua maioria de classe média baixa.

Embora parte dos pais seja participativa na vida escolar dos filhos, um grande número de alunos não possui acompanhamento da família.

Com a finalidade de atender às novas exigências da educação contemporânea, a escola reuniu-se com pais e comunidade local para elaborar aquele que será o norteador de todo o processo educacional.

1 - FINALIDADES DA ESCOLA

A escola desenvolve um trabalho que atende ao aluno em seus aspectos afetivo, cognitivo e social buscando a integração desses fatores e assim viabilizando um processo de aprendizagem onde o aprender e o fazer estejam interligados. Carrasco, J. G (1984, p.15) por exemplo:

Atribui à educação o fim de aperfeiçoamento intencional do Homem enquanto tal. Trata-se de uma finalidade intrínseca que, segundo o autor, dá origem a uma multiplicidade de finalidades, de entre as quais se destacam três:

- a) De caráter Pessoal, que visam desenvolver as capacidades especulativas, práticas e técnicas do Homem;
- b) De caráter Social, visando a educação para todos como forma de promover a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas sem distinções;
- c) De caráter Cultural, perseguindo a promoção e difusão dos valores culturais de uma sociedade, integrando nestes valores a tolerância como forma de harmonizar as vivências entre os povos.

Pensando assim a escola busca ser um lugar de criatividade, do senso crítico, da afetividade, da responsabilidade, da iniciativa, da liberdade, da participação, da cooperação, do trabalho intelectual social e cultura, do lazer, da cultura, da autonomia vivenciados e percebidos por todos que estão direta ou indiretamente relacionados à escola, pois o processo educativo atual não permite que se busque formar cidadãos passivos e limitados que se permitam abrir mão de suas próprias convicções, sem questionamentos ou busca da verdade. A Escola Bem Conhecer tem como eixo principal em seu planejamento o desenvolvimento da autonomia, que se traduza na busca do conhecimento não e tão somente formal e curricular mas que proporcione também a boa convivência social, seja dentro ou fora do ambiente escolar. Como não poderia deixar de ser, a contribuição que a escola deseja oferecer à sociedade não é a de indivíduos engaiolados que não desenvolvem a

habilidade de voar sozinho, quando chega o momento, mas de encorajá-los a voar na direção certa, sem temer contudo, retornar ao ponto de partida, se necessário e isto significa ajudar a criança a ser mais humana, num ritmo de vida tão desumanizado como o que estamos vivenciando, ser tolerante com os próprios erros e com o dos outros, sem que para isso tenha que se anular.

Paralelo a isso, não acreditando numa verdade absoluta, a escola incentiva a flexibilidade do planejamento, sem contudo deixar de contemplar o conhecimento formal uma vez que também este também se constitui em papel da escola.

2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Segundo Stoner, 1992, p.230, estrutura organizacional é a forma pela qual as atividades de uma organização são divididas, organizadas e coordenadas. Com a escola não poderia ser diferente. Nela a estrutura organizacional ocorre da seguinte maneira: administrativa e pedagógica.

Entende-se por estrutura administrativa o gerenciamento de recursos humanos, físicos e financeiros; tais como a divisão e fiscalização do trabalho, o estado e as condições das instalações e manutenção dos equipamentos do prédio, aquisição e distribuição dos materiais didáticos, mobiliários que atendam a todos da escola, acomodação dos alunos nas salas, iluminação, ventilação, limpeza e arrumação e aproveitamento dos espaços ociosos da escola.

Entende-se por estrutura pedagógica, a cumplicidade com a parte administrativa, mas também, a organização das funções de cunho educativo, como planejamento, capacitação de professores, preparação dos alunos para avaliações e metas a serem atingidas, interações políticas às questões referentes ao ensino-aprendizagem de nossos alunos e professores e a toda organização do currículo escolar, tudo isso voltado para que escola atinja com objetividade as suas finalidades.

2.1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A equipe administrativa é composta pelo diretor e assistente técnico. Todos os membros são indicados pela Secretaria Municipal de Educação. É considerada a formação em nível superior na área de educação para assumir a direção e curso básico do ensino médio para o cargo de assistente técnico.

A escola conta com um diretor com curso superior e pós graduação na área de educação, um auxiliar técnico administrativo com curso superior na área de educação e dois auxiliares de secretaria um com curso superior na área de educação e outro com curso básico do ensino médio.

Consta no quadro funcional da escola, trinta e seis funcionários em efetivo exercício que prestam serviços à mesma em diferentes funções; um diretor escolar, um assistente técnico administrativo, dois auxiliares de secretaria, dois coordenadores pedagógicos, dois professores de educação física, um professor de literatura infantil, um de reforço escolar, um eventual, um de recursos multifuncionais, treze professores docentes, seis serventes escolares e dois vigias.

Quanto ao grau de escolaridade dos funcionários podemos observar que os vigias e as serventes escolares variam de ensino fundamental ao ensino médio.

Do quadro de professores todos possuem curso superior e alguns possuem pós-graduação na área da educação.

O espaço da escola é amplo, oferecendo aos alunos e funcionários boas condições para acomodação, seja dentro das salas ou fora delas.

O prédio escolar está construído sobre uma área de 4.928,62m², sendo 913,50m² de área construída em alvenaria, cercada com telas, atendendo às exigências no que se refere à localização, segurança e condições de salubridade.

O prédio tem capacidade para atender mais de duzentos alunos por turno. Possui nove salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca, secretaria com salas para professores, diretora, coordenadora pedagógica, secretária e auxiliares, sala de informática para aulas especializadas, sala de reforço, cantina com bancos e mesas

insuficiente para comportar os alunos, banheiro masculino e feminino, uma área coberta para recreação e educação física, uma quadra de futsal coberta, um parque, uma horta, um jardim e outras áreas livres.

2.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Problemas ligados às características de vida do aluno, o seu ambiente familiar, às suas relações com os pais, às suas condições de saúde e nutrição; igualmente aspectos ligados à sua história escolar, seu aproveitamento em outras séries e outras matérias, suas relações com outros professores e com colegas; todos esses aspectos, ligados à vida do discente fora da sala de aula, interferem no seu aproveitamento e, conseqüentemente no trabalho do professor. FALCÃO (1994, p.42)

A escola conta com dois coordenadores pedagógicos, um no turno matutino e outro no turno vespertino.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas tendo como base as Matrizes Curriculares Nacionais onde são elaborados projetos de acordo com a necessidade e maturidade de cada turma, o planejamento de cada professora é feito semanalmente ou diariamente, conforme critério de cada professor e orientação da coordenadora pedagógica.

Dentro desse processo é preciso realizar diferentes atividades extra-classe, jogos, trabalhos de grupo, o que não é feito mecanicamente, é preciso que se estabeleça uma relação ativa entre professor(a) / educando(a), outro fator importante é no ensinar a pensar.

A escola busca constantemente trabalhar através dessas atividades a construção da autonomia, nessa construção o aluno vai agir sobre o objeto de estudo mentalmente. O professor será o mediador entre o pensar, reelaborando com o aluno(a) seu próprio pensamento e ampliando sempre que possível.

Com o objetivo de instigar o raciocínio, a concentração e a interpretação do aluno a escola realiza um trabalho com aulas extra-classe de xadrez com os alunos do 2º Ciclo assim como um projeto com jornal para que os mesmos possam melhorar seu

rendimento na leitura e na produção de textos jornalísticos e sempre que possível utiliza livros didáticos para ampliar de forma prazerosa o conhecimento dos(a) alunos(a).

Faz parte da nossa linha metodológica, realizar o trabalho com jogos diversos em sala de aula e principalmente nas aulas de reforço que acontecem extra-turno para os(as) alunos(as) que apresentam maiores dificuldades como também exige-se que todas as turmas acompanhem um roteiro para organização dos cadernos.

A escola utiliza a metodologia de projetos e procura fazer com que todos valorizem as produções das próprias crianças.

Nos primeiros anos de escolaridade, educação infantil e turma do 1º ano, valorizamos o trabalho com atividades de pátio por considerarmos essencial o desenvolvimento das habilidades psicomotoras e da auto-imagem positiva.

3 - CURRÍCULO

“Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.”

(VEIGA, 2002, p.7)

Para compreender currículo é fundamental que se analise as dimensões do mesmo. Mediante esta temática e com o objetivo de formar um indivíduo capaz de exercer a cidadania, a proposta curricular está embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Baseia-se nos primórdios de uma educação de qualidade que respeita a singularidade do indivíduo em processo de formação.

Segundo Moreira (1998, p.53), a proposta curricular deverá priorizar a melhoria da qualidade do ensino oferecido, sanar as dificuldades na alfabetização, incentivar a participação da comunidade escolar nas decisões, superando o autoritarismo, promovendo assim uma gestão democrática.

A proposta curricular da escola objetiva primeiramente melhorar a qualidade do ensino oferecido e sanar as dificuldades no processo de escolarização ,desenvolvendo um trabalho que atende o(a) aluno(a) nos aspectos afetivo, cognitivo e social buscando a integração desses fatores e assim viabilizando um processo de aprendizagem onde o aprender e o fazer estejam interligados.

Visando a construção da cidadania, são realizadas atividades cujo enfoque é a formação de valores éticos onde o aluno é capaz de dialogar quando necessário tendo conhecimento de seus direitos e deveres, o que o faz agir de forma consciente e avaliar suas atitudes.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas tendo como base o Plano Anual de Escolaridade onde são elaborados projetos de acordo com a necessidade e maturidade de cada turma, o planejamento de cada professora é feito semanalmente ou diariamente, conforme critério de cada professor e orientação da coordenadora pedagógica.

O currículo é definido mediante a matriz curricular, respeitando a carga horária prevista com conteúdos fundamentais à formação básica, independente de fatores externos. Os conteúdos são definidos de modo que facilite o trabalho interdisciplinar entre eles, proporcionando aos professores possibilidades de inserir novas metodologias em sala e dinamizar as aulas, utilizando recursos diversos.

4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Quem teve a idéia de cortar o tempo em fatias,
a que se deu o nome de ano,
foi um indivíduo genial.
Industrializou a esperança,
fazendo-a funcionar no limite da exaustão.
Doze meses dão para qualquer ser humano
se cansar e entregar os pontos.
Aí entra o milagre da renovação
e tudo começa outra vez,
com outro número e outra vontade de acreditar
que daqui pra diante vai ser diferente.
(Cortar o tempo – DRUMMOND)

Partindo da concepção de Drummond, podemos dizer que o ano letivo está fatiado em duzentos dias os quais cada um composto de quatro horas totalizando uma carga horária anual de oitocentas horas para o ensino fundamental (1º ao 5º ano) e setecentas e vinte horas para a educação infantil (1º e 2º período). Para que o trabalho seja bem elaborado e desenvolvido faz-se necessário a realização de um planejamento. Na Escola Municipal Bem Conhecer este é realizado inicialmente bimestral, quando então é planejado o todo do conteúdo de cada ano escolar. Porém, semanalmente as supervisoras reúnem-se com as professoras de cada turma para planejarem as atividades diárias, acompanhar os avanços e diagnosticar as dificuldades dos alunos para assim reformularem o planejamento e traçar estratégias de intervenção para sanar as dificuldades apresentadas.

A escola acredita na concepção de que um(a) aluno(a) ajuda o outro a crescer quando a turma é agrupada de forma heterogênea. Portanto, não separa os alunos por nível de conhecimento, mas por faixa etária como propõe o sistema de ciclos. A escola não compactua, portanto, com o “sistema de mercado” ao qual Freitas (1994,p.224) se refere em que somente aqueles que despontam inicialmente estão fadados ao sucesso e em contra partida os que não se sobressaem a princípio, são rotulados de limitados ou fracos.

Partindo deste princípio, a forma com a qual a escola busca aproximar o nível de conhecimento entre os alunos é oferecendo atividades diferenciadas aqueles que necessitam através das aulas de reforço que são dadas no contra turno quer seja na sala, pátio ou biblioteca dependendo da defasagem que necessita ser vencida.

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

Toda decisão requer comprometimento, persistência e ousadia. No cotidiano escolar não é diferente. Por mais compartilhada que seja a gestão, há o momento em que cabe a liderança da escola a responsabilidade da tomada de decisão que como bem define FERREIRA. A. B. H. (1988, p.30) Tomada de Decisão é o ato ou efeito de tomar, de decidir, resolução, determinação, deliberação, desembaraço, disposição, coragem capacidade de decidir.

Dentro do ambiente escolar é preciso exercer esta determinação no processo de tomada de decisão, porém é relevante que este processo precisa ser compartilhado para que as decisões não centralize apenas na pessoa do diretor e assim praticar uma política uni lateral prejudicando as relações democráticas.

Dentro desta visão é que o processo de decisão é feito de maneira democrática, com a participação de todos integrantes da comunidade escolar. As decisões são tomadas considerando as leis que regem a educação, o regimento escolar, a filosofia de trabalho adotada pela escola, o conselho de classe e o colegiado escolar.

O conselho escolar que é atuante e participa dos processos de decisão da instituição escolar tem uma parcela enorme de contribuição para a realização de uma educação de qualidade. Essa participação ocorre em diferentes segmentos da escola e em seus diferentes processos educativos.

O conselho escolar deve também planejar, acompanhar e fiscalizar a execução de projetos da escola, do uso dos recursos destinadas à educação. O conselho participa de todos os acontecimentos da instituição escolar, sendo eles de ordem financeira, administrativa e pedagógica. A participação dos membros da comunidade escolar tira da pessoa do gestor a responsabilidade única de resolver os assuntos da escola.

Além do colegiado escolar os membros do caixa escolar também são de fundamental importância para o processo de tomada de decisão, pois auxilia o gestor a gerir os recursos financeiros da escola. Eles definem prioridades da escola em parceria com o Conselho Escolar, aplica os recursos em consonância com estas prioridades observando os instrumentos legais, encaminha as prestações de contas ao setor administrativo do município.

Com o amparo do colegiado escolar, a direção da escola passa a dividir as responsabilidades e ter a parceria deste órgão para gerir a instituição.

Outro instrumento importante no âmbito escolar é o Conselho de Classe. Este é um órgão que atua no processo decisório da escola e tem como objetivo de discutir sobre todos os problemas na área pedagógica e procurar soluções e organizar planos de ações para a execução das decisões tomadas.

Apesar do apoio do colegiado, do caixa escolar é fundamental que o gestor exerça o papel de articulador e coordenador do processo decisório. Deverá dividir responsabilidades, delegar competências, acompanhar e monitorar os processos e resultados.

Dentro deste contexto é notório que ainda é preciso avançar na forma da escolha do gestor. Atualmente não há ainda no município processo eletivo para gestor escolar, pois prevalece a indicação política, embora esta esteja sujeita às determinações do plano de carreira que são: ser funcionário efetivo na área da educação, ser detentor de curso superior e ter dois anos de experiência no magistério.

A democratização da escolha do gestor efetiva definitivamente a gestão democrática e favorece a concretização de todos os outros segmentos. Ela é o elo entre a instituição e a comunidade em que está inserida.

A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática

pais, mães, alunas, alunos, professores e funcionários assumam sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.
(GADOTTI, 2001, p.35)

É através da divisão de responsabilidade, solidariedade entre todos os agentes da instituição, que o processo de tomada de decisão torna-se efetivo e eficaz, nesse processo alguns fatores são de suma importância como: conhecimento, postura ética e sobretudo a capacidade de atribuir funções e coordenar o que foi atribuído. Assim a coletividade torna-se o pilar que efetiva a democracia em nossas instituições de ensino e faz com que os processos de tomadas de decisões sejam claros, objetivos e eficientes.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

O ser humano desde que nasce precisa aprender a relacionar-se com o outro. Na escola as relações de trabalho abrangem vários indivíduos que conservam características diversas, objetivos diferentes e determinados.

Santos (1992, p.126), ao referir-se a esses grupos, afirma que: As relações coletivas e igualitárias, ao se constituírem como negação de toda forma de individualismo e de personalismo, favorecem a participação ativa e interessada de todos, bem como acresce (sic) a responsabilidade disciplinar de cada um em benefício de todos. Nesses processos, onde todos participam, onde cada um pensa e decide por si mesmo e onde cada um compartilha entre iguais as responsabilidades assumidas coletivamente, geram-se a desalienação e a emancipação e aumenta-se a coesão grupal.

Na escola buscamos meios de fazermos com que nosso cotidiano seja vivido dentro dos princípios de respeito, participação, integração e solidariedade, entre alunos, professores, direção, coordenação, pais, funcionários e comunidade local. Nem sempre alcançamos sucesso, pois o espírito individualista e egoísta ainda encontra-se presente entre nós, mas estamos caminhando para mudar essa realidade.

Nossa realidade é baseada pelas leis da educação, portarias, regimento escolar, estatuto da criança e adolescente, etc., para nos orientarmos e junto com o Colegiado Escolar analisamos e buscamos soluções para nossos problemas. Nas reuniões com os funcionários, são colocadas as normas e regras da escola e quando por ventura acontece conflitos ou infrações essas são registradas em ata e as partes ouvidas e com a ajuda do colegiado solucionamos, quando não podemos resolver na escola passamos para a Secretaria Municipal de Educação que é nossa instância maior. Aos alunos são repassadas pela direção da escola as normas gerais e pelo professor da turma as regras de convivência, acontece alguma situação os envolvendo, são chamados para conversar, os pais são avisados e convidados para vir a escola e buscamos sempre solucionar os problemas de uma forma que nosso

aluno possa crescer como pessoa e não voltar a praticar tais atos. Os pais são orientados em reuniões, comunicados sempre que algo acontece pelos professores e pela direção, no intuito de que eles fiquem a par da vida escolar de seu filho, que conheçam a escola e quem nela trabalha e passem a participar dos deveres escolares de seus filhos.

Buscamos a cada dia criar uma relação de parceria entre a escola e a comunidade escolar. Queremos que nossas crianças cresçam com a capacidade de se ajudarem mutuamente e conhecerem cada um seus direitos e deveres enquanto pessoas de bem. Não podemos fugir de conflitos, não podemos deixar de sentir desconforto frente aos problemas e que na vida temos que aprender a cada dia a conhecer o outro e procurar entendê-lo e respeitá-lo.

Estamos enfrentando uma nova realidade na educação. Os profissionais da educação precisam passar por uma mudança interior, rever sua prática, voltar para dentro da educação com uma nova visão. O desconforto causado pela baixa remuneração, pela falta de apoio por parte dos governos, pela falta de disciplina e desestrutura familiar dos alunos, pela informatização das instituições, uma série de novas cobranças e inovações que os levam as vias da desmotivação. Tudo isso, afeta as relações dentro da escola e nos leva a buscar junto a nossa Secretaria Municipal de Educação e órgãos sociais parcerias para apoiar a escola e amenizar nossa realidade de impotência frente aos problemas que aparecem.

A Secretaria Municipal de Educação, através de parcerias com a Secretaria Estadual de Ensino e outras Instituições de Ensino, oferecem aos professores da rede municipal cursos durante todo o ano, capacitação profissional, para que nossos docentes, diretores, supervisores e demais funcionários da educação se capacitem e melhorem a sua realidade diária.

A escola oferece aos alunos e pais, programações culturais, palestras e informações em relação ao trabalho feito nela, durante todo o ano para aproximá-los uns dos outros, aproximá-los dos professores e de todos que nela trabalha.

As relações de trabalho em nossa escola ainda estão em processo de construção e amadurecimento, mas já começamos a vivê-las e sentir seus primeiros resultados,

pois se cada um de nós fizermos a nossa parte e juntarmos nossas forças e esforços, alcançaremos o sucesso.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é, antes de tudo, uma questão política, intimamente relacionada às finalidades do projeto educativo da escola. Não pode, pois, ser concebida de forma isolada, uma vez que reflete uma concepção de homem, de educação e sociedade. Concepções de avaliação relacionam-se com concepção de ensino e de aprendizagem e com concepções de relações sociais. Sendo então, ponto de partida e de chegada de todo e qualquer trabalho pedagógico, deve-se ter caráter dinâmico, pois é ela que fornece as bases para as novas decisões que se vão fazendo necessárias durante todo o desenvolvimento educacional.

Dentro de uma concepção dinâmica e histórica de construção do conhecimento, a avaliação é um instrumento que ajuda a garantir o processo da aprendizagem. Deve ser uma proposta em que prepondere a função formativa que, por sua natureza formadora, informa, descobre, conscientiza professores e alunos e a função diagnóstica que desvela o porquê da não-aprendizagem e exige uma nova ação didática, sem a qual não haverá uma aprendizagem que possibilite a progressão continuada.

A avaliação diagnóstica e a formativa no regime de progressão continuada estarão informando aos professores, os avanços e dificuldades do aprendiz e da ação didática, e estarão, ainda, fornecendo informações que permitam a orientação e a organização de novas ações e materiais didáticos junto ao Coordenador Pedagógico.

A avaliação formativa, sendo uma reflexão constante sobre o que acontece no processo ensino-aprendizagem, possibilita a identificação dos diferentes ritmos dos alunos. Enriquecida com as informações da avaliação diagnóstica, revela as necessidades dos alunos e contribui para a construção de caminhos diferentes para o atendimento a essas necessidades.

A avaliação formativa favorece o diálogo constante que deve haver entre as atividades didáticas e a aprendizagem.

Nossa escola participa também dos processos de avaliação sistêmicas tanto as de nível Nacional como as de nível Estadual. Sendo elas:

Provinha Brasil (nível federal) avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização, tem como objetivo avaliar o nível de alfabetização dos educandos; oferecer às redes de ensino um diagnóstico da qualidade de ensino e redução das desigualdades educacionais em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

Prova Brasil (nível federal) denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, é realizada a cada dois anos, avalia as habilidades em língua portuguesa (foco na leitura) e matemática (foco na resolução de problemas), seus objetivos são:

- . Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, redução de desigualdades e democratização da gestão do ensino público;
- . Buscar o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule o controle social sobre os processos e resultados do ensino.
- . Avaliações do SIMAVE, Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica, cujo objetivo é fornecer informações ao sistema e aos professores orientando a construção de estratégias de acompanhamento e intervenções para o alcance da meta de que toda criança esteja alfabetizada aos oito anos.

Atualmente, no âmbito do SIMAVE, três diferentes programas de avaliação se articulam: O PROALFA, O PROEB e o PAAE, destes, nossa escola participa do PROALFA, Programa de Avaliação da Alfabetização: verifica níveis de alfabetização alcançados pelos alunos da rede pública e indica intervenções necessárias para a correção dos problemas identificados, e também do PROEB, Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica: avaliação em larga escala, verifica a eficiência e a qualidade do ensino no Estado de Minas Gerais a partir dos resultados sobre o desempenho das escolas nas séries finais dos blocos de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico contempla a realidade atual da escola em seus aspectos físico, pedagógico e administrativo que não é estático, mas que se renova a cada momento, na medida em que novos desafios surgem ou que as dificuldades atualmente apresentadas sejam sanadas.

Da última reformulação do PPP 2010 para o atual alguns desafios estão plenamente consolidados, outros ainda em andamento e surgiram questões novas a serem resolvidas. Os mais significativos são:

DESAFIOS	METODOLOGIA	RECURSOS
<p>Maior participação dos pais na vida escolar dos filhos e no cotidiano da escola.</p>	<p>Acompanhamento das atividades escolares como: tarefas, leituras de livros, comparecimento às reuniões e eventos culturais.</p> <p>Trabalho voluntário dos pais em diversas atividades como: serviços de bombeiro hidráulico, eletricista, marceneiro, pedreiro...</p>	<p>Criação de uma comissão de pais amigos da escola que conhecendo o dia a dia escolar, possam colaborar mais com a instituição incentivando os filhos no aproveitamento dos estudos e aos outros pais a também doarem parte de seu tempo no crescimento da escola.</p>
<p>Qualificação dos professores dos anos iniciais (educação infantil e 1º ao 3º anos do ensino fundamental)</p>	<p>Promoção de ciclos de estudos e cursos para capacitação dos profissionais que atuam nesta área.</p> <p>Listar temas para estudo de acordo com as necessidades dos profissionais.</p>	<p>Encontros semanais com as coordenadoras pedagógicas para estudo dos conteúdos.</p> <p>Participação nos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Governo Federal.</p>

<p>Diversificação do uso de metodologias e de recursos pedagógicos objetivando promover aulas motivadoras e criativas.</p>	<p>Elaboração do projeto de intervenção com jogos de alfabetização para atender os alunos nos diferentes níveis de leitura e escrita.</p>	<p>Confecção e aquisição de jogos de alfabetização. Compra de materiais pedagógicos diversos tais como jogos matemáticos e livros paradidáticos com o recurso do PDDE.</p>
<p>Elevação do índice de desempenho da escola nas avaliações sistêmicas.</p>	<p>Identificação das principais dificuldades apresentadas pelos alunos. Orientação aos professores para que compreendam os processos avaliativos, as dificuldades para assim fazerem as intervenções necessárias.</p>	<p>Formação de grupos de estudos entre professores e coordenadores pedagógicos a fim de traçarem novas metas a serem atingidas.</p>
<p>Promoção da cidadania através da educação ambiental.</p>	<p>Organização de palestra relacionada ao tema (uso consciente da água e da eletricidade, separação do lixo). Realização de gincanas e cursos de culinária que ensinem aproveitar melhor os alimentos.</p>	<p>Desenvolvimento de projeto com todos os funcionários e membros da comunidade escolar para promover a educação ambiental.</p>

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

CARRASCO, J., G. (Coord) (1984). Teoria de la Educacion. Anaya Fonte: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/2039628-finalidades-da-educa%C3%A7%C3%A3o/#ixzz2O1rqLczP>

FALCÃO FILHO, José Leão M. Supervisão: Uma análise crítica das críticas. Coletânea vida na escola: os caminhos e o saber coletivo. Belo Horizonte, p 42-49, mai/94.

PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Glorinha Rocha Abelha de Caratinga MG

SANTOS, Oder José dos. *Pedagogia dos conflitos sociais*. Campinas: Papyrus, 1992. 146 p. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

STONER, James A. F., **FREEMAN**, R. Edward. Administração. 5^o ed. Rio de Janeiro: PHB, 1992

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. Campinas: SP.Papyrus, 2004.